



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 52ª
(QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 16 DE JUNHO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 135, de 17/06/2010, juntamente com a ata sucinta da 52ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 50ª Sessão Ordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 51ª Sessão Ordinária;
- Ata da 14ª Sessão Extraordinária.

Solicito ao Sr. Secretário que faça a chamada dos Parlamentares presentes. Convido todos os Deputados que se encontram na Casa, nos gabinetes e nas dependências da Câmara a comparecerem ao plenário para a continuidade da Sessão Ordinária.

Agradeço a presença dos técnicos em radiologia que se encontram aqui em alerta, com uma faixa estendida. Sejam bem-vindos, assim como todos os servidores e toda a população do Distrito Federal.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Eu quero também fazer minhas as suas palavras, Deputado Cabo Patrício, e cumprimentar os frequentadores da galeria, que por certo estão reivindicando algum direito. Tenho certeza de que local melhor para reivindicar não existe, pois aqui na Câmara Legislativa estão os representantes de todos os senhores.

Muito obrigado.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) – Os técnicos se encontram aqui, e eu já procurei me informar sobre o pleito deles, que, na verdade, é muito simples. Eles pleiteiam um aumento de carga horária. O técnico de radiologia antigamente era muito fragilizado porque os aparelhos não davam a devida proteção, não se tinha tecnologia suficiente para protegê-lo. Hoje, os aparelhos possuem uma tecnologia que protege os técnicos de qualquer radiação.

Portanto, eles estão reivindicando um aumento de carga horária.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputada Jaqueline RORIZ. Agora, com certeza, a evolução e a modernidade garantem a esses profissionais jornada de trabalho ampliada.

Solicito à assessoria de plenário que insira na Ordem do Dia a Mensagem nº 85, de 2010, que encaminha o Projeto de Lei nº 1.592, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “acrescenta o § 4º do artigo 7º da Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências”.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também queria aqui prestar a minha solidariedade aos técnicos em radiologia.

Tanta gente vem aqui a esta Casa pedir coisas às vezes impossíveis e outras que até vão contra o contribuinte. Penso que um pedido desses de aumento de carga horária é algo plenamente justo e correto.

Esta Casa deve apoiar esse pleito e votar, caso seja inserido na pauta do dia, favoravelmente a esse pedido da categoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Reguffe. Agradeço as palavras de V.Exa. Já foi solicitada a inclusão desse projeto na Ordem do Dia. Assim que nós tivermos *quorum* é claro que se pode inverter a pauta para que votemos essa proposição, atendendo ao pleito dos profissionais que aqui se encontram.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa Mensagem nº 85, de 2010, diz respeito exatamente ao pleito dos técnicos que estão ali.

O Projeto de Lei nº 1.592, de 2010, encaminhado pelo Governador Rogério Rosso vem embasado nos seguintes termos:

“Art. 1º Fica acrescentado o § 4º no artigo 7º da Lei 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, com a seguinte redação:

Art. 7º:

§ 4º Os ocupantes do cargo de técnico em saúde, na especialidade de Técnico em Radiologia, Medicina Nuclear e Radioterapia ficam submetidos à jornada de vinte e quatro horas semanais de trabalho, podendo ser concedido o regime opcional de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do Decreto nº 25.324, de 10 de novembro de 2004.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Se houver oportunidade, como disse o Sr. Presidente, nós votaremos o projeto hoje.

DEPUTADO RÔNEY NEMER - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria me solidarizar também com o pleito dos servidores públicos, pois não sou Deputado, estou Deputado. Sou também servidor público como V.Exa., como o Deputado Milton Barbosa e como vários outros Parlamentares desta Casa.

Eu também queria lembrar que os técnicos em nutrição ainda fazem 30 horas, e estão na mesma luta. O Governo do Distrito Federal estava estudando com o Dr. Joaquim para mandar o projeto de lei que também reduz a carga horária dos técnicos em nutrição.

Então, Deputado Milton Barbosa, eu acho que todos os técnicos da área de saúde têm de ter um tratamento isonômico. Só que o Dr. Joaquim, que era Secretário de Saúde, foi trocado, o que atrasou todas as tratativas que vínhamos fazendo.

Eu vou fazer uma emenda a esse projeto para que seja também estendido esse benefício, ou seja, reduzido de 30 horas para 24 horas, aos técnicos em nutrição, porque eles também são da área de Saúde. Efetivamente eu acho que é tratar os iguais de forma igual.

Eu apoio, acho que é preciso. Assim se fará justiça, e todos os técnicos da Secretaria de Saúde terão o mesmo tratamento, um tratamento isonômico. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O.k., Deputado Rôney Nemer. Só para esclarecer os Deputados que se encontram no plenário, a situação dos nutricionistas é a de baixar para 24 horas. No caso dos técnicos em radiologia, é a de aumentar a carga horária para 40 horas. É o inverso.

Então, fica incluído como item extrapauta na Ordem do Dia de hoje, dia 16 de junho, o Projeto de Lei nº 1.592, de 2010, de autoria do Poder Executivo. Determino a distribuição da proposição a todos os Deputados para que tomem conhecimento dela a fim de votá-la assim que tivermos *quorum*.

Anuncio a presença em Plenário do Deputado Wilson Lima, Presidente da Câmara Legislativa, da Deputada Jaqueline Roriz, do Deputado Reguffe, do Deputado Roberto Lucena, do Deputado Milton Barbosa e do Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, conheço vários dos colegas presentes na galeria, alguns do Hospital de Base. Acho que fazermos isso o mais rápido possível não é virtude não, é obrigação nossa! Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Roberto Lucena.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós ouvimos o Deputado Rôney Nemer falar de uma possível emenda a esse projeto para beneficiar outra categoria, a dos nutricionistas. Vou pedir ao Deputado Rôney Nemer que não apresente emenda a esse projeto não. Deixe vir o projeto deles, porque uma emenda dessas pode ser tida como viciada quanto à iniciativa, e aí não adiantaria nada.

Vamos deixar o projeto como está, e vamos atender à categoria que aqui está.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O.k., Deputado Milton Barbosa. A questão de ordem de V. Exa. é pertinente, até porque é o projeto dos radiologistas que está aqui.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, se nós tivermos *quorum*, que é uma coisa que a gente nunca prevê nesta Casa, e formos deliberar alguma coisa, eu gostaria que os Parlamentares verificassem o item nº 7 para que mantivéssemos o veto do Governo. Nesse item nº 7, sugere-se que sejam extintos os servidores do SLU, que eles passem para a fiscalização.

No entanto, há itens no projeto, como fiscalizar resíduos de coleta de sólido, orientar a comunidade na interpretação de normas de limpeza urbana, orientar a população quanto à destinação dos seus próprios resíduos, que se referem a coisas que os técnicos do SLU sabem fazer.

Então, eu gostaria que V. Exa. prestasse atenção a esse projeto a fim de mantermos esse veto. Obrigada.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente; segundo Secretário desta Mesa Diretora; Deputado Milton Barbosa, terceiro Secretário, caros colegas, na semana passada estava prevista a reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Constituição e Justiça para analisar o projeto do Passe Livre, que está nesta Casa para ser votado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

O Governo sinalizou que queria conversar com os Deputados para ver se aumentava ou se melhorava o projeto. É a terceira vez que se vota esse projeto aqui nesta Casa, é a terceira vez. E nós não podemos errar. Ele não pode sair daqui com falhas, ele tem que sair daqui bem acabado para não ter que voltar aqui, sob pena de sermos chamados até de incompetentes, assim como o próprio Governo: “Não dão conta de resolver o problema do passe livre, do passe estudantil”.

Então, em virtude disso, nós estamos fazendo um apelo à CAS, à CEOF, à CCJ e a todos os assessores dos Deputados que têm interesse em participar da aprovação desse projeto para que, a partir de amanhã, às 10 horas, na sala de reunião da Presidência, tomem assento à mesa e só levantem, claro que tirando os almoços e os intervalos, quando tiver acabado o projeto, para descer ao plenário e votar. Hoje tivemos uma reunião com o Governo e não houve evolução, mas garantimos que não votaremos o crédito de 20 milhões sem aprovar o projeto, porque a lei é que dirá como será gasto esse dinheiro. Não queremos aprovar o crédito e ver o dinheiro ir para o espaço, para um ralo sem fundo, como acontece. Garantimos ao Governo que não faremos isso. De nossa parte, vamos nos esforçar ao máximo.

Faço esse apelo a V.Exa., que preside esta sessão, para que a CAS, a CEOF, a CCJ, as assessorias de Deputados, de Governo acompanhem de perto, diuturnamente, o desdobramento do projeto. A assessoria de Governo está pronta para nos fornecer os dados necessários, a fim de que esse projeto saia daqui acertado. É assim que geralmente chegam os projetos. Às vezes, chegam inacabados, e esta Casa costuma transformá-los em lei sem levantar suspeita ou inconstitucionalidade. Assim devemos fazer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wilson Lima. Fica o recado aos presidentes das comissões, para que convoquem reunião, seja discutido o Projeto do Passe Livre e a solução do problema seja alcançada o mais rápido possível. O crédito de 20 milhões não será aprovado enquanto não se votar a lei, até porque todo o dinheiro destinado ao passe livre acaba saindo no dia seguinte.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados, para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Estão presentes 9 Deputados.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, publicamos no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal a convocação dos Deputados para elegermos o novo corregedor. V. Exa. cobrou isso aqui e estamos passando da hora de ter um corregedor nesta Casa. Essa função faz parte dos quadros da direção desta Casa e não podíamos deixar para outro dia.

Faço um apelo a V.Exa. para que não suspenda nem encerre a sessão antes de elegermos o novo corregedor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O.k., Deputado Wilson Lima. Precisamos elegê-lo. O cargo está vago desde o início da legislatura. Precisamos eleger um corregedor para “tocar” os processos que se encontram nesta Casa.

“Conforme Ata do Presidente nº 398, de 14 de junho de 2010, publicada no DCL de 15 de junho de 2010, faremos, dentro do período destinado à sessão ordinária, na forma do art. 50 do Regimento Interno, a eleição do titular da Corregedoria para a sessão legislativa de 2010.”

Está aberto o prazo de 30 minutos para registro de candidaturas ao cargo de Corregedor da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria parabenizar todos os servidores da Saúde que aqui estão, o pessoal das 40 horas da radiologia. Parabéns pela luta de tantos anos! Hoje, provavelmente, se puder, será lido e deverá ser votado o projeto. Vamos ver como será o encaminhamento. Um abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe, por 5 minutos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero falar mais uma vez sobre a questão do Passe Livre.

No Passe Livre, antes da votação do projeto aqui na Câmara, o estudante pagava um terço da passagem e os outros dois terços eram dissolvidos no valor da passagem. Portanto, toda a população pagava os outros dois terços. Com o projeto, o Governo passou a arcar com todo o passe livre. Portanto, o estudante deixou de pagar um terço, mas as empresas de ônibus tinham de reduzir o preço da passagem porque os outros dois terços estavam dissolvidos nele. Isso não foi feito; não se reduziu o preço da passagem.

As empresas de ônibus têm uma margem de lucro abusiva, excessiva e não só não reduziram o preço, como agora ainda fazem pressão para aumentar o preço da passagem, uma das mais caras do Brasil, o que é inaceitável.

Quero dizer que sou favorável e vou apresentar um projeto para que as empresas de ônibus arquem com a totalidade do passe livre. No Rio de Janeiro, por exemplo, não há nem essa recarga. Lá, se a pessoa chegar com a camiseta da escola e um comprovante escolar, ela passa na roleta. Não precisa dessa confusão que está em Brasília, que desrespeita as pessoas, que têm que ficar horas em uma fila.

Penso, Sr. Presidente, Deputado Cabo Patrício, que é importante que as empresas de ônibus arquem com o passe livre. Elas é que têm de arcar com o passe livre. Se acham que vai dar prejuízo, entreguem a linha ao Governo, para uma nova licitação, a fim de que haja abertura para outros que queiram. Se eles acham que dá prejuízo... a história tem mostrado que dá lucro, e muito lucro.

Aliás, volto a dizer: concessão de serviço público não é propriedade. Se a empresa não está prestando um serviço de qualidade à população, é preciso cassar a concessão da empresa. Se as empresas acham que isso está dando prejuízo, deveriam devolver as linhas para o Governo abrir uma licitação e deixar que outras empresas operem o serviço.

Quero dizer que entrei no Ministério Público e no Tribunal de Contas do Distrito Federal, juntamente com a bancada do Partido dos Trabalhadores, com uma representação pedindo uma auditoria nessa questão do passe livre. O Deputado Milton Barbosa também assinou a representação. Não votarei, nesta Casa, mais nenhum repasse ao Projeto do Passe Livre enquanto não for feita uma auditoria pelos órgãos competentes, que, na minha opinião, são o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Distrito Federal. Não terá meu voto mais nenhum centavo para esse Projeto do Passe Livre enquanto não for feita uma auditoria. Quero deixar isso registrado de forma clara. Se as empresas acham que está dando prejuízo, devolvam ao Governo as linhas. Vou apresentar uma emenda a esse projeto. Quem tem de arcar com o passe livre são as empresas de ônibus.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Aguinaldo de Jesus.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PRB. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fico vendo esses discursos e uma coisa que nós não podemos admitir, como Parlamentar, é hipocrisia.

O Governador convoca, convida todos os Parlamentares para discutir a respeito do projeto, um projeto que é de importância não do Governo tão somente, mas dos estudantes, da Educação, de todo o Distrito Federal, e há Parlamentares que não comparecem às reuniões. Já fizemos duas reuniões e não compareceram. O PT, pelo menos, fez um projeto, e eu o encaminhei. O Deputado Wilson Lima, Presidente desta Casa, o Deputado Milton Barbosa e outros Deputados viram que eu entreguei na mão do Governador e ele, inclusive, fez a leitura do substitutivo que o PT apresentou. Não esteve presente fisicamente, mas manifestou sua opinião. Isso é importante. Eu acho que tudo nesta Casa tem que ser discutido, esgotado até as últimas palavras. O que não pode, o que eu não consigo admitir como Parlamentar é o “eu não compareço e depois ainda tenho o direito de criticar”. Vou criticar o quê, se eu não participei?

Eu acho que o projeto tem que vir, ser votado. Quem quiser aprovar aprova, quem não quiser, manifeste-se. O Governador já mostrou que há uma dificuldade orçamentária muito grande, e que esse projeto foi aprovado de uma forma açodada há um tempo e merecia ser discutido melhor. O Presidente desta Casa, Deputado Wilson Lima, encaminhou para amanhã uma reunião das Comissões para que possamos discutir isso. Na segunda-feira alguns membros do Governo comparecerão a esta Casa para acabarmos a discussão e, conforme for, na quarta-feira que vem, tendo uma redação adequada, aprovaremos o referido projeto. Isso faz parte.

Eu não sou obrigado, Sr. Presidente, Deputado Cabo Patrício, a ser favorável a todos os projetos que entram nesta Casa, quer sejam do Governo, quer sejam dos Parlamentares, mas também tenho que colaborar, contribuir, como muitos aqui contribuem com emendas, com discussões, apresentando suas ideias. As ideias muitas vezes não são apresentadas e depois querem reclamar. Eu acho que a gente reclama no momento em que minha ideia não foi aceita, aí eu vou reclamar, vou questionar. Mas se eu não participo de nada, vou ter direito de reclamar de quê?

O Deputado Milton Barbosa fez a sua parte, outros Deputados fizeram a sua parte, criticaram, apresentaram suas reivindicações. A Deputada Eliana Pedrosa também apresentou suas propostas. E olha que tem falado sempre aqui que não faz parte da base do Governo, do Bloco Independente. Mas estavam lá contribuindo. O importante é isso. É um problema de Brasília, é um problema de todos os alunos da rede pública e da rede particular, é um problema que nós Parlamentares temos que discutir e temos que resolver, não podemos deixar passar muito tempo. Agora,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

aguentar hipocrisia, Sr. Presidente, é uma coisa que eu não consigo tolerar, não consigo aguentar.

DEPUTADO WILSON LIMA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Aguinaldo de Jesus, V.Exa. é Líder do Governo nesta Casa e eu vi lá uma preocupação. Os jornais e outros meios de comunicação apresentaram a preocupação de uma retenção do Governo Federal dos R\$ 30 milhões de arrecadação do imposto de renda da área de Segurança. Se isso acontecer no Distrito Federal, bem como a cobrança retroativa, será o fim do fim para nós. Não há como prosperar este Governo e também o próximo que virá.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS – Nem passe estudantil nem obra nem nada, não é Presidente?

DEPUTADO WILSON LIMA – Nem nada. Então, eu faria um apelo a V.Exa., como Líder do Governo, e também à bancada federal. Deputado Cabo Patrício, Presidente desta sessão, acho que os três Senadores e os oito Deputados Federais deveriam se juntar em uma frente e todos, com o mesmo pensamento, deveriam ir ao Governo Federal para que isso não acontecesse, porque esta discussão já vem há muitos anos. Mas por que agora, na hora da maior dificuldade, na crista da onda da crise política no Distrito Federal, vem à tona este desconto, essa cobrança?

Isso é um absurdo, uma falta de respeito com a população do Distrito Federal, haja vista que há compromissos, há obras para serem concluídas, há programas sociais e nós não podemos nos curvar com relação a isso. Como a nossa atuação é como Deputados do Distrito Federal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nós temos que fazer esse apelo e pedir o apoio de todos os Deputados Federais e também dos Senadores para que eles não deixem que isso aconteça. Temos que cobrar deles a sua participação maciça, bem como a sua intervenção junto à área federal para que isso não aconteça.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS – Agradeço o aparte do Deputado Wilson Lima.

Deputado Wilson Lima, eu só gostaria de fazer uma pequena correção para que fique bem claro. Às vezes comentamos certas coisas, mas quando eu cheguei aqui, não foi o caso do Deputado Reguffe estar falando não, é porque eu entrei ali no café e ouvi alguns comentários a respeito do assunto, de pessoas que não participaram. As pessoas não participam, não colaboram com nada. O Deputado Reguffe tem até apresentado algumas ideias que são importantes para os estudantes. Deputado Reguffe, esqueci até de mencionar o seu nome.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

O Deputado Reguffe tem contribuído com algumas ideias. Se elas serão aceitas ou não é outra coisa, mas ele tem contribuído. Eu acho que o importante é isto: contribuir.

Agora, o sujeito não contribui com absolutamente nada, não participa de nada e, depois, fica nos corredores fomentando algumas ideias contra a proposta do Governo. É brincadeira. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Aguinaldo de Jesus, é importantíssimo que todos os Deputados participem da elaboração desse projeto, porque é um projeto muito importante e já causou muito dano, não só à área financeira do Governo, mas, principalmente, à sociedade do Distrito Federal. Então, é importante que todos participem, porque mesmo o Governo encaminhando para a Câmara Legislativa o projeto, no final fica a imagem do Poder Legislativo, porque aqui que é feita a aprovação. E se o projeto vier com algum defeito, com alguma irregularidade, é a Câmara Legislativa que tem que fazer a sua correção. Daí a importância dos técnicos, dos assessores desta Casa, que fazem o acompanhamento dos projetos.

Neste momento, eu gostaria de anunciar a presença da ex-Deputada Arlete Sampaio neste plenário. Ela, com certeza, retornará a esta Casa após o pleito que será realizado em outubro.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu, ao ouvir o discurso do Deputado Aguinaldo de Jesus, tinha ficado com a impressão de que ele tinha me chamado de hipócrita. Mas ele agora falou aqui no microfone que não estava se referindo a mim.

Eu quero apenas dizer de uma forma muito clara que eu não fui à reunião com o Governador, agora eu tenho todo o direito concedido por 25.805 eleitores do Distrito Federal para debater o tema que está aqui Casa. E eu penso que é nesta Casa que tem que ser feito o debate e eu não vou me furtar a este debate, por isso hoje voltei à tribuna para debater este assunto. Vou apresentar uma emenda, porque eu penso que as empresas de ônibus têm que arcar com isso. Eu penso que nem o Governo nem a sociedade tem que arcar com esta questão do passe livre. Quem tem que arcar são as empresas de ônibus. Se elas acham que vai dar prejuízo, devolvam a linha e a concessão ao Governo, para que o Governo faça uma nova licitação. Eu vou fazer este debate aqui nesta Casa. E vou apresentar ao Deputado Aguinaldo de Jesus, a quem eu respeito, vou apresentar a minha emenda para que ele também possa tomar conhecimento dela e possa colocá-la em debate, porque eu penso que é importante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, imprensa, galeria, a qual já cumprimos, eu queria dizer inicialmente que assiste razão ao Deputado Aguinaldo de Jesus, como também ao Deputado Reguffe, a escolha do debate fica ao livre arbítrio de cada um! O projeto já chegou a esta Casa e aqui também é o fórum. E a pessoa pode escolher: ou vai lá onde é chamado ou fica aqui; mas a ambos assiste razão. Há aqueles, realmente, que não participam e depois chegam com propostas vazias.

Eu queria chamar atenção do Deputado Cabo Patrício e dos demais Deputados, principalmente da bancada do Partido dos Trabalhadores, porque o chefe da nação é do partido deles! O Ministro da Fazenda remeteu um ofício ao Governador Rogério Rosso comunicando que a partir do mês de junho, Deputado Aylton Gomes, eles reterão 30 milhões de reais do Fundo Constitucional, correspondente ao imposto de renda devido aos servidores da área de segurança – Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar. E comunicou, ainda, que o Distrito Federal providenciasse o pagamento retroativo de 2 bilhões de reais! E isso tudo sob alegação de que os servidores daqui são equiparados aos servidores da União.

Isso resultará, trocando em miúdos, pelo que os técnicos da Fazenda nos disseram, bem como o Governador, numa série de impedimentos para o Distrito Federal: não haverá mais empréstimos; a inscrição do Distrito Federal no CADIN; e uma série de medidas imediatas que estavam em curso, e outras que viriam, mas que não vão poder ser mais adotadas, principalmente na área de investimento. Principalmente a quantia considerável do Fundo Constitucional, que é devida à assistência à saúde e à educação. Aumento, reestruturação de carreira para a área de segurança, pode esquecer também!

Então, pedimos o engajamento de todos os Parlamentares do Distrito Federal, aqui da Câmara Legislativa, da área Federal, para que a gente consiga reverter isso.

Lembro-me bem de que um determinado artigo da Constituição, Deputado Chico Leite, diz que compete à União organizar e manter o Ministério Público e o Poder Judiciário do Distrito Federal. E a mesma redação é a que resulta para a área de segurança. É a mesma coisa! Agora, se não estiverem retendo nessas duas áreas, muito menos na nossa deveriam reter, porque causará um prejuízo enorme.

A saúde, que já recebe uma quantia muito grande do Fundo Constitucional, na parte de assistência, será, a nosso ver, ao nosso juízo, a que vai sofrer mais! E,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

inclusive, já está, conforme dizem, na UTI e, com uma medida dessas, a situação ficará muito pior.

Eu repito: aumento para as áreas de educação, saúde e para nós, da área de segurança, nem pensar!

Então, eu peço o engajamento de todos para não deixar que esta medida, que vai causar um prejuízo tão grande ao Distrito Federal, seja, de fato, efetivada.

Deputado Wilson Lima, só acredito na efetivação daquela medida das três comissões juntas na sala de reunião da Presidência quando eu estiver lá, vendo todos juntos, porque não sinto vontade e nem tenho visto medidas efetivas para estarem lá a partir das 9 ou 10 horas da manhã.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado, quero só parabenizar V.Exa. pela intervenção. Realmente, se deixarmos acontecer no Distrito Federal a retenção desses 30 milhões e o pagamento desses 2 bilhões, o Distrito Federal vai passar a maior crise da sua história.

Quero reiterar e me colocar à disposição de V.Exa., Sr. Deputado. E a todos quero clamar que esta Casa, inclusive a bancada do PT, sensibilize o nosso querido Presidente, um cara que é estimado por todos, para que não deixe essa medida ser efetivada, porque vai causar um mal muito grande, não só à segurança pública, mas a todo o Distrito Federal.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte do Deputado Aylton Gomes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO AYLTON GOMES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que leia e inclua na Ordem do Dia, por gentileza, um projeto de decreto legislativo e uma moção, haja vista que o aniversário do Corpo de Bombeiros está muito próximo, e trata-se de uma homenagem que nós estamos fazendo àquela instituição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há 13 Parlamentares em plenário. Pergunto a todos os Deputados que aqui se encontram se alguém mais quer fazer uso da palavra ou se todos abrem mão desse uso.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ouvi o debate alavancado pelo Deputado Aguinaldo de Jesus, Líder do Governo, e preciso dizer a V.Exa. que esta é uma Casa de debates.

Esse é, digamos assim, o fórum pelo qual a sociedade discute os temas e, na medida da formação da maioria — é o que deve expressar o Parlamento —, opta pelos caminhos que mais se comprazem às suas ideias. Isso é que é o Parlamento.

Um Parlamento sem debate... Confesso que nesta legislatura, aqui e ali, senti alguma falta, Deputado Raimundo Ribeiro, desse debate.

E preciso dizer que, na realidade, a não ida ao debate efetivo com o Poder Executivo tanto pode significar o desinteresse pelo tema ou, quem sabe, pelo que pude extrair do que mencionou o Deputado Aguinaldo de Jesus, uma posição exarada aqui por divergências internas partidárias diferentes das colocadas no debate lá; como pode também expressar, por exemplo, como é o meu caso, uma posição contrária ao que pensa o Governo a respeito do passe livre.

A minha compreensão é de que o passe livre é matéria de educação e não de transporte; é matéria de investimento e não de gratuidade. Eu ainda sou das épocas do curso secundário em Fortaleza, quando nós tínhamos o passe livre. E o passe livre lá era compreendido, como no Rio de Janeiro do Deputado Aguinaldo de Jesus, como matéria de educação, e não como matéria de transporte.

O problema é que a ausência de uma política de transporte por muito tempo aqui nesta cidade não prejudicou só a ordem urbanística, não prejudicou só o trânsito; prejudicou também profundamente algumas políticas especiais.

Nós hoje temos o empresariado formado sem licitação compreendendo que o objetivo único é o lucro. Então, vêm aqueles debates dos 3% do DFTRANS que é redistribuído a quem é fiscalizado por ele, que são os empresários. Vem o debate acerca do Passe Livre em que a empresa que comanda a organização não governamental, diga-se assim, é exatamente composta pelos próprios empresários, que recebem e são destinatários dos valores.

É preciso que o Governo tenha coragem para assumir essa tarefa, tenha coragem de dizer que é matéria de educação, e não de transporte; que é matéria de investimento, e não de gratuidade. E não colocar nas costas dos trabalhadores, porque não são os trabalhadores que devem pagar a passagem de investimento para os estudantes, mas o Governo, com o ônus dos empresários que, se entenderem que não é o seu mister, declinem, como bem mencionou o Deputado Reguffe em expressiva opinião.

Presidente, esta Casa precisa debater profundamente o assunto, não pode perder a chance de mostrar à sociedade o que pensa a esse respeito.

Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para lembrar aos Deputados, porque vai passando o tempo e acho que ninguém fez inscrição ainda, que foi dado o prazo de 30 minutos para inscrição de quem quer ser corregedor da Câmara Legislativa.

Já é a quarta vez que nós tentamos eleger um corregedor nesta Casa. Vai ficar muito ruim mais uma eleição sem candidato. Então, que as pessoas se coloquem à disposição para que seja eleito o corregedor e que ele possa, inclusive, tocar os processos que se encontram em tramitação aqui na Câmara Legislativa. Então, que a gente eleja hoje o corregedor.

Quanto à questão do desconto do imposto de renda do Fundo Constitucional, é bom lembrar algumas questões aqui. O Governo Federal cobra a questão do imposto de renda, só que nós temos que lembrar o Governador atual, porque os outros já saíram do Governo, de que o Fundo Constitucional foi criado, Lei nº 10.633, para assistir e manter a segurança pública — a segurança pública —, podendo auxiliar na educação e na saúde.

Acontece que o Governo local não investe os 25% da sua receita na educação, e aproveita o dinheiro do Fundo Constitucional, que era da segurança pública, para investir em educação e saúde, inclusive pagando pessoal, folha de pagamento.

Então, é importante que os Deputados da base do Governo, identificando quem é base do Governo aqui, porque está meio difícil saber quem é base do Governo, não façam o discurso da manutenção do Fundo, pura e simplesmente, sem que a aplicação seja correta. Porque tem dinheiro do Fundo inclusive sendo destinado para pagamento de obra.

Isso foi discutido e apresentado para o Governador atual pelo Ministro da Justiça, Luís Paulo Barreto, e pelo Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo para que as coisas fiquem no seu devido lugar, senão fica parecendo que o Governo Federal do Presidente Lula, que sempre destinou recursos para o GDF e Brasília, que sempre tratou Brasília com muito carinho e com transparência, quer tirar dinheiro do DF. E isso não é verdade. Isso também foi discutido para não cair no discurso eleitoreiro perto da eleição, como se isso fosse uma forma de prejudicar o Distrito Federal. Não é.

Na verdade, é para colocar o Distrito Federal nos trilhos, na correção e na medida em que o contribuinte e o cidadão possam ser assistidos na saúde, na educação, na segurança, na geração de empregos e em todas as políticas públicas, com os recursos sendo bem aplicados de maneira correta e fiscalizados



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

principalmente pela Câmara Legislativa, que é o órgão fiscalizador do Poder Executivo.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi o que o Deputado Cabo Patrício falou. E eu queria dizer seguinte: quando nós nos referimos a essa medida do Governo Federal, nós não nos referimos nem criticamos o Governo Federal. Não. O que a gente quer é que o dinheiro do Fundo Constitucional seja aplicado de acordo com o que manda a Constituição e as leis que o regulam. Só isso.

Se está sendo aplicado em obra, e está errado, que se corrija, não é? Corrija-se. Se está havendo o desvirtuamento, que se corrija o desvirtuamento. Cadeia para quem quiser, como o Deputado Aguinaldo de Jesus está falando ali, não é verdade? Então, corrija-se.

Agora, o que não podemos compreender é que um processo abrupto venha a prejudicar, eu não digo nem a área nossa de segurança — nós somos oriundos dela —, mas a área de saúde principalmente, que é assistida também pelo dinheiro do Fundo. Agora, se o GDF não está aplicando os 25%, tanto na educação, quanto na saúde, que procure fazê-lo.

O Presidente não tem culpa de alguém estar mal utilizando, basta fazer a imagem que o Deputado Aguinaldo de Jesus, Líder do Governo, fez aí, que a coisa será colocada nos seus devidos lugares. Eu só acho o seguinte: a medida não pode ser adotada, assim, dessa forma abrupta, que se escalonasse. E já veio a ordem: recolha dois milhões de reais. Nessas alturas, os nossos companheiros que estão lá na rua altamente desalentados não terão nenhum centavo de aumento na reformulação das carreiras.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa questão vem sendo discutida desde 2003. De 2003 a 2010, nós tivemos diversas interpretações divergentes. E aí chega um momento como este, em que o Ministério da Fazenda toma uma decisão – e ele tem, no caso, o poder de fazê-lo – de imediato: corta e determina que sejam ressarcidos os valores que foram recebidos.

Na verdade, não há crítica nenhuma aqui ao Governo, o que se quer é que o Governo Federal entenda que uma medida dessa magnitude, que causa uma falta de recursos ao Distrito Federal, não possa ser tomada de uma forma tão abrupta, como mencionou o Deputado Milton Barbosa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Então, pode-se fazer um calendário, pode-se pacificar um entendimento em termos de interpretação, essa coisa toda. Agora, o que não se pode é simplesmente o Ministério da Fazenda tomar a decisão de, a partir deste mês, já se tirar trinta milhões e já se mandar devolver dois.

Eu acho que o apelo que se faz aqui, Deputado Cabo Patrício, Deputado Chico Leite, toda a bancada do PT, é no sentido de unir esforços para que Brasília não sinta esse desfalque neste momento, se existem outras que podem ser adotadas.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PRB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só fazendo referência ao discurso do Deputado Chico Leite, sei que esta Casa é uma Casa de discussão, é uma Casa onde cada um coloca suas opiniões - isso está bem claro para todos nós e, também, para a sociedade. Mas, há quanto tempo estamos discutindo não o Passe Livre, mas o passe estudantil? Há quanto tempo nós estamos, Deputado Raimundo Ribeiro, tratando desse assunto? "Ah, porque o povo está na fila, porque as pessoas estão sofrendo, porque falta dinheiro..."

Então, vamos buscar uma redação com o Deputado Wilson Lima, a quem parabeno mais uma vez, Presidente desta Casa. Vamos parar tudo, vamos reunir os Deputados, vamos buscar uma redação, vamos trazer membros do Governo para cá, vamos indicar uma redação adequada junto à Câmara e ao Governo para que a gente resolva esse problema. Ficamos patinando, patinando, patinando; e não resolvemos isso nunca.

Então, não querendo vir com palavras ofensivas no tocante ao Parlamento ser o local adequado para os Deputados expressarem suas opiniões, eu não estou cerceando esse direito, o que quero dizer é que não só aqui no Parlamento, mas fora daqui também, nas Comissões, e até na Presidência, uma vez que o Deputado Wilson Lima convida os Deputados, é importante todos nós discutirmos o assunto. O que questiono é que são chamados para as reuniões, não participam delas, e, depois, querem criticar.

Agora, quanto à fala do Deputado Cabo Patrício, eu quero dizer que o Presidente Lula sempre foi solícito, Deputado Cabo Patrício, para com o Distrito Federal. Não só ele, mas os outros Presidentes também tiveram um carinho muito grande por Brasília. Agora, o que nós não podemos – usando a fala do Deputado Raimundo Ribeiro – é punir a população por erros cometidos por outras pessoas. Nós não podemos punir o justo pelo pecador. As pessoas estão sendo penalizadas por erros que cometeram? Então, todos estão errados? A população, todas aquelas pessoas sérias do Distrito Federal têm que ser penalizadas porque algumas erraram? Não é justo que se tenha esse entendimento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Acho que Brasília é uma cidade que abriga todos os brasileiros. É uma cidade pela qual tínhamos de ter todo o respeito, todo o carinho. Este momento, em que passamos por uma crise muito difícil – talvez uma crise que nunca aconteceu na história do Distrito Federal –, não deve ser usado para ficarmos criticando um ao outro, mas é o momento de nós nos unirmos em prol de uma sociedade que precisa da nossa atuação como Parlamentar.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só queria deixar claro que inclusive nós, da bancada do PT, sempre tivemos muita responsabilidade com a população do Distrito Federal, tanto que enfrentamos essa crise de cabeça erguida. Os Parlamentares ajudaram – e a Câmara Legislativa teve um papel fundamental nisto – a tirar Brasília dessa crise. Agora, uma coisa tem que ficar clara: Brasília já saiu da crise. O Governador precisa organizar o Governo do Distrito Federal. Não existe base de Governo na Câmara Legislativa porque o Governador nem conversa com os Deputados, não conhece a realidade política nem dos partidos. Ele não conhece a realidade política do partido dele: o PMDB. Ele vai contra uma decisão, inclusive, nacional.

Então, o que o Governo Federal, o Ministério da Fazenda, está fazendo, na verdade, é dar um ultimato ao Governo do Distrito Federal. Se o Governador tiver responsabilidade com a população do Distrito Federal, é só ir até o Ministro da Fazenda, que irá recebê-lo para discutir e fazer um acordo no tocante a essa questão. O que não dá é para continuar mandando dinheiro e mais dinheiro do Governo Federal para o Governo local para que haja desfalques da população. Porque, na verdade, mesmo com esses recursos que são encaminhados do Fundo Constitucional, nós sabemos, Deputado Milton Barbosa, que já foi, pela Comissão de Assuntos Sociais, a várias cidades durante dois anos, que os hospitais continuam sem medicamentos, continuam sem médicos, as pessoas continuam na fila, falta UTI e faltam leitos para os pacientes. Na educação, nós temos uma série de problemas. Na Segurança Pública, como V.Exa. disse, falta um reajuste que não houve no ano passado e não haverá este ano, e os profissionais estão sendo penalizados. O índice de violência tem aumentado nas cidades do Distrito Federal como um todo.

Então, na verdade, essa chamada do Governo Federal é para que o Governador tenha noção da responsabilidade que ele assumiu quando veio tomar posse nessa tribuna na Câmara Legislativa. Ele agora é Governador do Distrito Federal, precisa governar para a população e, para isso, em vez de solenidade de inauguração, uma coisa e outra – até porque ele não é candidato –, ele precisa é gerenciar o DF, deixar Brasília saneada para fazer a transição no dia 1º de janeiro de 2011 a quem for eleito no pleito democrático no dia 3 de outubro deste ano. É isto que o Governador tem de fazer: administrar o Distrito Federal. E isso não tem sido



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

feito. Ele precisa, inclusive, combinar e conversar com o poder Legislativo para que todos os serviços públicos possam funcionar perfeitamente.

A questão do passe livre requer muita discussão, ampla discussão. E vamos ser realistas. O ex-secretário de transporte nos trouxe uma planilha – e por isso foi aprovado um projeto na Câmara – de que o custo com o passe livre estudantil seria de 4 milhões. Já se gastaram mais de 29 milhões de reais. O Governador agora mandou uma proposta de 13 milhões. Então, das duas uma: ou está superfaturado de 4 milhões para 13 milhões ou o antigo ex-secretário de transporte, Deputado Federal Alberto Fraga, que agora está no Congresso Nacional, não tinha conhecimento da sua pasta nem do que seria gasto no passe livre estudantil.

Então, as coisas precisam ser tratadas com muita seriedade, principalmente recursos públicos, que são oriundos do dinheiro do contribuinte. Essa é a preocupação o Governo Federal e tem que ser a preocupação dos Parlamentares desta Casa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Nós precisamos entrar na votação porque o *quorum* é de 13 Parlamentares.

Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria saber se o Deputado Cabo Patrício é contra nós reivindicarmos que o Governo Federal não retenha 30 milhões de reais e não nos cobre 2 bilhões de reais...

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Eu sou contra qualquer corte, Deputado Milton Barbosa. O que eu não posso aceitar é que o dinheiro seja repassado e não haja uma fiscalização no GDF. O Deputado Raimundo Ribeiro disse: desfalque foi o que houve aqui no Distrito Federal numa crise política...

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Só um minuto. Depois V.Exa. responde. Eu quero ajudar V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – E de uma corrupção que jamais houve no Distrito Federal.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Eu quero ajudar V.Exa., que não precisa de ajuda da sua base, mas parece que, pelo seu discurso, V.Exa. está aprovando que o Governo Federal nos retenha 30 milhões e nos cobre 2 bilhões. Então, vamos procurar responsabilizar quem desvirtuou e o que desvirtuou, mas vamos lutar relativamente a esse desfalque, no montante – não é desfalque ilícito, do ilícito a Polícia Federal está cuidando.

Eu só queria dizer isso. Então, V.Exa. tem obrigação de nos ajudar.

DEPUTADO DR. CHARLES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu concordo, em parte, com o discurso do Deputado Cabo Patrício de que se tenha ordem, de que se tenha excelente gestão, mas não é possível tirar do Governo do Distrito Federal esse montante de dinheiro, porque isso serve a população de forma absoluta. Não temos como tirar porque a redação que existe, hoje, no Fundo Constitucional não é clara. Portanto, não há como tirar esse dinheiro do Distrito Federal. Está certo que nós temos problemas na Saúde, na Educação, mas isso é questão de gestão, e nós precisamos da qualidade das nossas atuações.

Entrando em outro assunto, o Passe Livre não pode servir de motivo para aumento das passagens. É impossível discutirmos essa questão. Ninguém aguenta aumento de passagem, até porque eu acho que uma das piores coisas do Brasil existe aqui em Brasília, que é o transporte coletivo. Portanto, não se pode aumentar a passagem. Eu sou a favor, inclusive, de que se aumente o tempo do bilhete: que a pessoa compre o seu bilhete e tenha duas horas com esse bilhete para ir do ônibus até o metrô, do metrô para o outro ônibus e não como está agora: ruim e com ameaça de aumento de passagem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à
ORDEM DO DIA.

Esta Presidência informa que está prorrogado o prazo, por mais meia hora, para a inscrição do Corregedor.

Item nº 1:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.340, de 2009, de autoria dos Deputados Leonardo Prudente e outros, que “dispõe sobre a assistência técnica pública e gratuita para projetos e construção de habitações de interesse social, e dá outras providências”.

DEPUTADO RAAD MASSOUH - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que se pudesse mandar um comunicado aos demais Parlamentares que estiverem nesta Casa, para que venham ao plenário, para que possamos avaliar a questão dessas pessoas que estão na galeria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Raad Massouh, com a apreciação desses vetos, nós vamos avaliar.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, para que não aconteça que eles percam um dia e para que possamos apreciar a matéria, valorizando e respeitando essas pessoas que aí estão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A apreciação do veto é por votação nominal. Se não houver *quorum*, encerraremos a sessão.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	22



211
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1340/2009
Fls. nº 203 Material 11921
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei
nº 1340/09, que *dispõe sobre a assistência
técnica pública e gratuita para projetos e
construção de habitações de interesse social, e
dá outras providências.*

DOUOR CHARLES
Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 380/2009-GAG (fls. 197/198), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º 1340, de 2009, de autoria de vários deputados.

Inicialmente, faço um apanhado do texto contido na proposição vetada.

O artigo 1º assegura às famílias de baixa renda o direito à assistência técnica pública e gratuita para projetos e construção de habitações de interesse social; o seu §1º define a abrangência da referida assistência; o seu §2º dispõe sobre os objetivos do benefício; o seu §3º relaciona a assistência com a implementação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial; o artigo 2º define os destinatários dos benefícios; o artigo 3º define as atividades técnicas contidas na assistência pública garantida na norma; o artigo 4º dispõe sobre o custeio do benefício instituído na proposição; o artigo 5º dispõe sobre os profissionais que devem prestar os serviços definidos no projeto e o artigo 6º dispõe sobre sua remuneração; o artigo 7º versa sobre a publicidade dos atos; o artigo 8º garante ao beneficiário o atendimento na Região Administrativa em que localizado seu imóvel;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

21.2

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2
RL nº 1340/2009
Fls. nº 204 Material 11971

seguem-se cláusula de regulamentação (90 dias) e de revogação genérica e específica, esta quanto à Lei Distrital n.º 3414/04.

Nesta Casa, após a apresentação de diversas emendas, o projeto recebeu pareceres favoráveis em plenário da Comissão de Assuntos Fundiários (fls. 175), da Comissão de Assuntos Sociais (fls. 177) e da Comissão de Constituição e Justiça (fls. 179).

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, o projeto foi vetado por inconstitucionalidade. Quanto às razões, S. Exa. assim se manifestou:

"A despeito dos louváveis propósitos dos ilustres parlamentares, certo é que o projeto sob exame, quanto aos seus aspectos jurídicos, não merece ser acolhido, porquanto contrário aos parâmetros, de índole constitucional, aplicáveis ao tema objeto da proposta.

Com efeito, ao obrigar o Governo do Distrito Federal a coordenar ações de forma a assegurar o direito à assistência técnica pública e gratuita para projetos e construção de habitações de interesse social, o projeto acaba por criar uma série de atribuições e custos para órgãos da Administração Pública distrital, tratando de tema cuja iniciativa para legislar é exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Viola, pois, o que disposto nos arts. 53, 71, §1º, inciso I, e 100, incisos VI e X, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Dessa forma, não há como cancelar a iniciativa parlamentar, ante a flagrante inconstitucionalidade formal da proposta, ensejando, assim, a oposição de **VETO TOTAL** ao aludido projeto." (grifos no original)

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO RAAD MASSOUH

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

Chico Leite
D.º Charles
RZADOC



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

DEPUTADO RÔNEY NEMER - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu havia pedido a V.Exa., ontem, que se retirasse da pauta a apreciação desse veto, que se refere a um projeto de minha autoria, bem como da autoria do ex-Deputado Leonardo Prudente. Nós estamos conversando, a bancada do Partido dos Trabalhadores está analisando a questão, bem como o Deputado Reguffe e também outros Parlamentares. Solicito que apreciemos esse veto só na próxima semana.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. pediu que o veto fosse retirado ontem. O veto continuou na pauta.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Eu gostaria de pedir, então, que fosse analisado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER - Sr. Presidente, obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Item nº 2:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.414, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para o exercício de 2010 e dá outras providências”.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma discussão sobre essa questão do IPVA. Estou aguardando apenas a descida, agora, de um documento do meu gabinete. Se fosse possível votarmos o Item nº 3 e depois o Item nº 2, eu agradeceria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 3:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.436, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivo da Lei nº 4.386, de 5 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2010.”

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	25



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1436/09, que *altera dispositivo da Lei n.º 4386, de 5 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010.*

Relator: Deputado ~~Chico Leite~~

DR. CHARLES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1436, 2009
Fls. nº 32 Mens. 02-10-09

Pela Mensagem nº 397/2009-GAG (fls. 28/29), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 1436, de 2009, de autoria do Poder Executivo.

Trata-se de projeto de lei que propôs alteração no parágrafo único do artigo 69 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010.

Durante sua tramitação, o Projeto recebeu uma emenda e duas subemendas, com pareceres favoráveis da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (fls. 9 e 17) e da Comissão de Constituição e Justiça (fls. 11 e 20). Após as modificações operadas pelas emendas, a redação final ficou na forma acostada a fls. 23.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

2

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1436 / 2009
Fls. nº 33 *Montes - 71.977*

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial**, especificamente quanto ao conteúdo acrescido pela emenda a fls. 5 e pelas subemendas a fls. 13 e 14.

Quanto ao conteúdo vetado, S. Exa. assim se manifestou:

“O conteúdo da proposição sob análise versa acerca da obrigação de o Tribunal de Contas do Distrito Federal e o Ministério Público de Contas disponibilizarem, em página própria na rede mundial de computadores, cópia integral das principais peças produzidas nos processos que apreciarem, inclusive da peça inicial, instrução do corpo técnico, representações, pareceres ordinários e especiais, entre outros documentos.

Reza o inciso X do art. 5º da Constituição Federal: *são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.*

Ora, o citado art. 2º do Projeto de Lei, ao prever a publicação eletrônica – sem qualquer restrição ou critério – das peças processuais em um ambiente acessível a qualquer pessoa, em tese, afronta o preceito constitucional acima transcrito, na medida em que poderão ocorrer exposições indevidas da privacidade e da intimidade de indivíduos submetidos a procedimentos de fiscalização, e antes mesmo de uma decisão definitiva sobre o caso.” (fls. 28 dos autos).

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

R10, 16.06.10

*De. Chico Leite
Relator*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, não tem jeito. O grosso da Base não está aqui: Deputado Alírio Neto, Deputado Batista das Cooperativas, Deputado Benedito Domingos, Deputado Benício Tavares...

Não sou eu quem diz isso, são as letras, são os nomes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Não há *quorum* regimental para deliberação da matéria.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PRB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria dizer ao Deputado Milton Barbosa que, se parte da Base não está aqui, não é culpa minha, nem de V.Exa. nem do Presidente: a culpa é das próprias pessoas. Eu acho que a obrigação de estar aqui trabalhando é dos 24 Parlamentares, que foram eleitos pela sociedade. Acho que um líder não precisa ficar chamando ninguém para trabalhar, nem o Presidente da Câmara ficar implorando às pessoas para vir ao plenário, porque cada um tem de ter consciência das suas ações, das atribuições e aplicar isso aqui em plenário. Se os Parlamentares não vêm, cabe a todos nós fazer a nossa parte. Que a sociedade, agora nas eleições, julgue isso!

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu folgo em saber que V.Exa. fala a mesma linguagem que eu falei; entretanto quem está faltando, sistematicamente, são as pessoas a que eu acabei de me referir aqui, e não vou declinar daquele motivo que eu disse, hoje, na reunião com o Governador.

Quem está faltando aqui e prejudicando o *quorum* é o grosso da Base. Está aqui! São fatos! Contra fatos, não há argumento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO DR. CHARLES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a matéria que iríamos votar, referente ao Projeto de Lei nº 1.592, de 2010, dos técnicos em radiologia e dos médicos radiologistas, não poderemos votá-la, porque o Sr. Líder do PT, apesar de ser a favor do projeto, disse que precisaria de 24 horas para analisá-lo. Então, precisamos esperar. O trabalhador vai perder de hoje receber suas 40 horas. A matéria era altamente propositiva e boa para todos, mas, infelizmente, convido todos vocês a estar aqui amanhã, tendo em vista que, hoje,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2010	15h35min	52ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

não será possível votar o projeto, porque não houve acordo. Amanhã, nós voltaremos aqui, já transcorridas as 24 horas, para podermos votá-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 135, de 17/06/2010, juntamente com a ata sucinta da 52ª Sessão Ordinária.)

Não há *quorum* regimental.

Agradeço a participação de todos que colaboraram para o acontecimento desta sessão.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h49min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 120-Suplemento, de 6/7/2010.